

# INCLUSÃO EDUCACIONAL: CURRÍCULO E ACESSIBILIDADE

Prof. Dra. Gabriela Mieto. UnB<sup>1</sup>  
Prof. Masc. Giselda Jordão. ICESP/UNIDESC<sup>2</sup>  
Professor Mestranda Márcia Benetti<sup>3</sup>

Eixo Temático.

Agência Financiadora: não contou com financiamento.

## Resumo

O presente ensaio propõe-se a refletir e a discutir sobre o tema abordado na mesa redonda apresentada no II SEICO, intitulada Inclusão Educacional: currículo e acessibilidade. O tema foi organizado de forma a integrar as reflexões sobre o currículo e a diversidade no contexto educacional, as práticas de adequações curriculares que favorecem a inclusão educacional dos alunos com deficiência, e, ainda a importância de previsão do currículo funcional para atender às necessidades de alunos que requerem apoios e ajustes tão extensivos que o currículo comum não responda de forma eficaz. O tema é amplo e de significativa importância para o cenário educacional, pois incluir é muito mais que garantir o direito à educação, para que a escola se torne verdadeiramente inclusiva ela precisa responder às necessidades educacionais dos alunos oferecendo-lhes condições de acesso, participação e sucesso escolar.

**Palavras-chave:** Inclusão; Currículo; Acessibilidade.

## 1. Introdução

O século XXI requer uma nova concepção sobre as funções sociais da escola e das interações que se estabelecem no contexto educacional. A proposta de construção de um sistema educacional inclusivo impõe a necessidade de mudanças nos paradigmas educacionais e engajamento do coletivo escolar. Visa-se, com efeito, a construção de estratégias pedagógicas e reflexões da prática educativa que atendam a todos igualmente, estimulando o desenvolvimento integral de todos os alunos.

---

<sup>1</sup>Profa Doutora em Psicologia do Desenvolvimento com formação em  
Psicologiagabriela.mieto@gmail.com

<sup>2</sup>Professora Mestre em Educação com formação em Psicologia Giselda.jordao@icesp.edu.br <sup>3</sup>Professora Mestranda com formação em Fisioterapia e Educação Física marciabenetti@gmail.com

Frente a essa demanda, a escola, para cumprir com sua função social, necessita transformar e ressignificar suas práticas pedagógicas para atender à diversidade humana de seus educandos. É preciso estar atenta às pluralidades e necessidades da sociedade atual, proporcionando aos alunos possibilidades de ação, trocas e interações sociais, com e no mundo em que vivem de forma a construir novos saberes.

Neste sentido, a educação deve investir em um currículo acessível que proporcione a todos os alunos, sem exceção, oportunidades para participar das atividades e para experienciar o sucesso, sendo este um fundamento essencial para a inclusão educacional (MITTLER, 2003). Um currículo aberto, amplo, equilibrado e flexível à singularidade pedagógica, cultural e social e que atenda às diferenças individuais dos alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, para serem membros ativos de sua comunidade, exercendo a cidadania com autonomia.

De modo a cumprir tal urgência, cabe atenção adequada à diversidade. Fazem-se necessárias mudanças na estrutura organizativa da escola, favorecendo aos profissionais de educação na tomada de decisões sobre as barreiras que necessitam ser rompidas para atender às necessidades de todos os alunos. Para tanto, essas mudanças precisam incorporar uma intervenção educativa adequada às especificidades e potencialidades dos alunos, independente de sua condição e que estimulem a participação e a cooperação entre os pares no processo de aprendizagem.

Não se pode deixar de enfatizar as mudanças atitudinais, que implicam no em um novo olhar sobre as necessidades educacionais especiais de todos os alunos na sala de aula. Elas, por sua vez, exigem dos professores e dos alunos atitude de acolhimento, respeito e valorização das diferenças humanas.

Portanto, a proposta pedagógica deve possibilitar ao professor fortalecer seu trabalho em sala de aula, por meio de uma melhor organização do tempo e do espaço na busca de uma pedagogia mais justa e que humanize a ação educativa. Ademais, educar na atualidade impõe aos profissionais de educação repensar concepções que fundamentam sua prática pedagógica. Pois, a diversidade humana compõe o cenário educacional e muitos são os desafios enfrentados, buscando responder às expectativas de uma educação que respeite, acolha e atenda às necessidades de todos os alunos.

Em uma proposta de inclusão educacional, o ato de educar não deve experimentar barreiras. Porém, muitos ainda são os desafios encontrados no cotidiano escolar, desde o acesso arquitetônico aos objetivos do processo de aprendizagem. Para cumpri-lo, os educadores precisam refletir sobre a sua postura educacional, com vista a

rever os seus valores e atitudes frente às demandas impostas pelas mudanças sociais e culturais do mundo contemporâneo.

## **2. Adequação Curricular e Diversidade Educacional**

Para uma melhor fundamentação e apoio à reflexão pedagógica, apresentamos a seguir o conceito de adequação curricular proposto por Duk (2008). O autor considera as adequações curriculares como recursos ou estratégias de ações individualizadas que se realizam na programação curricular comum para atender às singularidades dos alunos.

Deve-se assim considerar, então, as especificidades dos alunos, levando em conta suas possibilidades e limitações, bem como suas necessidades. Isso proporcionará para que sejam oferecidas as adequações necessárias nos conteúdos, nas metodologias, nos recursos, nos processos de avaliação e na temporalidade, de forma a potencializar o processo de ensino e aprendizagem.

Para que a inclusão e a participação de todos os alunos sejam efetivas, faz-se necessário, segundo Mittler (2003, p. 140), “um currículo e lições individuais acessíveis a todos os estudantes, com previsão e provisão de recursos e apoios adequados”. A adequação curricular com abrangência e eficácia na proposta educacional é de significativa relevância. Entende-se assim que após a identificação das necessidades educacionais e dos tipos de apoios adequados às suas especificidades, deve-se definir a intensidade dos apoios, ou seja, o período e o espaço temporal em que o apoio será ofertado ao atendimento educacional do aluno.

Na elaboração das adequações curriculares, devem ser respeitadas as habilidades adaptativas e a funcionalidade do aluno. Este é um caminho para que possam ser definidos os aspectos a serem ajustados, dadas a forma e a intensidade das adequações propostas.

Assim, as adequações curriculares não devem focalizar apenas os ajustes relacionados aos contextos em que o aluno está inserido, e, sim, as suas necessidades. A partir delas, tem-se um indicativo das condições de acesso ao currículo e à intensidade dos apoios que vão favorecer o processo de ensino e aprendizagem.

Para o sucesso das adequações curriculares, é importante destacar a contribuição e a parceria com instituições especializadas e a articulação entre os serviços de educação, saúde e assistência social que garantam os apoios especializados potencializadores do desenvolvimento das habilidades dos alunos.

Nessa perspectiva, os alunos, independente de suas condições, que, em algum momento da sua vida escolar, apresentar alguma necessidade temporária ou permanente de ajustes, alternativas e estratégias pedagógicas diferenciadas poderão beneficiar-se de uma adequação curricular, resguardando-se os aspectos legais que normatizam e regulamentam esta prática.

Para que isso se concretize, a escola precisa prever, em sua proposta pedagógica, como viabilizará as condições e os apoios adequados para atender a individualidade de cada aluno. Pois cada caso deve ser analisado com o foco nas necessidades educacionais evidenciadas e os benefícios que a utilização desta estratégia pedagógica poderá oferecer ao processo de ensino e aprendizagem.

A resignificação do currículo impõe a necessidade de rever a organização pedagógica para garantir o respeito às necessidades específicas do aluno. Isso requer que se considere o espaço e o tempo escolar, como também uma dinâmica que estimule o interesse do aprendiz para atuar de forma participativa, cooperativa. São potencialidades que o fará construir aprendizagens significativas e funcionais frente às demandas do contexto histórico e cultural em que estão inseridos.

A proposta pedagógica, nesta perspectiva, deve possibilitar ao professor fortalecer seu trabalho em sala de aula, por meio de uma melhor organização do tempo e do espaço na busca de uma pedagogia mais justa. Nesse circuito, é resguardado ao estudante atendimento às suas necessidades educacionais, acolhimento e respeito à sua diversidade humana pela ação educativa.

Portanto, para uma atenção adequada à diversidade, fazem-se necessárias as mudanças não apenas no âmbito curricular, mas também na estrutura organizativa. Prevê-se, assim, favorecer aos professores, na tomada de decisões adequadas, nos diferentes espaços do ambiente escolar. Urgem mudanças que incorporem uma intervenção educativa adequada às repostas para todos os alunos, independente de sua condição, estimulando a participação e a cooperação entre os pares.

As adequações curriculares devem ocorrer em prol do desenvolvimento e da aprendizagem do aluno, promovendo as condições de acesso, participação e sucesso escolar. Portanto, muitos são os elementos que envolvem a prática pedagógica. Estes, por sua vez, que precisam ser ajustados. Defini-los depende de cada caso, ou seja, deve estar de acordo com a especificidade e necessidades de cada aluno.

Apresentamos a seguir alguns elementos relacionados ao currículo que requerem uma maior atenção e que podem fazer a diferença no processo de inclusão educacional:

### **2.1. Acessibilidade Arquitetônica**

Uma das condições básicas no processo de inclusão da pessoa com deficiência nos diferentes espaços sociais é o direito de ir e vir com autonomia e maior independência. Assim sendo, as barreiras físicas e arquitetônicas precisam ser removidas, para garantir ao aluno acesso às dependências da escola e conseqüentemente à aprendizagem. A garantia dessas adequações é de competência da gestão escolar. A ela cabe mobilizar os níveis superiores da gestão educacional bem como prever no seu plano de trabalho às adaptações como: rampas de acesso, banheiro adaptado e outros mecanismos que permitam a mobilidade do aluno.

### **2.2- Comunicação**

Para que a aprendizagem seja promovida e o aluno possa construir conhecimentos propulsores à participação e interação na vida social, ele precisa se comunicar. Para alunos com deficiência auditiva e visual, é imprescindível adequações que lhes permitam compreender e expressar as informações por meio de palavras– faladas ou escritas -, linguagem gestual, digital (Método Braille) e de sinais (LIBRAS), toque, gestos, expressões corporais etc.. São adequações que lhe possibilitarão compreender e interpretar as emoções e as mensagens estabelecidas nas relações interpessoais.

Em relação aos alunos que apresentam limitações na expressão verbal, em decorrência de quadros motores e neurológicas, destacamos a importância das tecnologias assistivas (TA). São recursos que facilitarão a participação e a interação do aluno no contexto e na dinâmica escolar. As tecnologias assistivas, objetivam apoiar o aluno no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, para que possa atuar de forma mais autônoma e independente. Dentre os principais recursos de TA, podemos destacar o uso das tecnologias da informação e as tecnologias de baixo custo, como as adaptações em materiais de uso na vida diária, as quais favorecem a funcionalidade da pessoa com deficiência nos diferentes contextos em que participa, como na família, escola, trabalho e outros espaços.

### **2.3. Ajudas Técnicas**

Muitos alunos requerem, para acesso às informações e experiências vivenciadas no contexto escolar, apoios especializados provenientes de técnicas,

equipamentos e recursos materiais que fortaleçam as estratégias de ensino e aprendizagem. Devem ser realizadas em sala de aula pelo professor, possibilitando ao aluno, conforme suas condições, acessar as informações que serão fundamentais à construção do conhecimento.

Assim, destacamos os elementos curriculares que devem ser adequados no âmbito do planejamento de aula e/ ou no plano de trabalho individualizado, quando necessário. Citam-se as adequações organizativas nos conteúdos, nos objetivos e nas avaliações, as adequações nos procedimentos didáticos e nas estratégias de ensino e aprendizagem bem como equipamentos tecnológicos e recursos materiais adequados às condições de cada aluno, como por exemplo, os equipamentos de informática, os softwares e os materiais didáticos a serem utilizados em sala de aula. Estes recursos podem ser elaborados em articulação com o professor da sala de recursos cujo atendimento educacional é especializado. Essas são consideradas tecnologias de baixo custo que podem ser providenciadas pelo professor.

Na perspectiva de discutir sobre a garantia de acesso ao currículo, não poderíamos deixar de falar sobre a importância da avaliação pedagógica para a definição do currículo e das estratégias de acesso. Pois, não se limita aqui a tratar apenas sobre a deficiência do aluno, mas suas necessidades, limitações, e, também suas habilidades e potencialidades. Somente a partir do conhecimento do aluno real é que o professor poderá organizar e sistematizar de forma efetiva a sua ação pedagógica.

Cabe ao professor, diante de um estudante com deficiência, realizar uma avaliação pedagógica, visando observar e identificar o que se sabe, quais são suas possibilidades de resolução de conflitos pedagógicos nas esferas do conhecimento cotidiano e formal, esperados para a sua idade cronológica. Esta é uma visão avaliativa preconizada por Vygotsky (1995), para quem nenhuma prática pedagógica poderia ser pautada em dados negativos.

Sabemos, no entanto, que historicamente, e ainda nos dias atuais, muitas das práticas avaliativas estão limitadas a pontuar o que a pessoa não sabe, não faz, não consegue. Observa-se em relatórios avaliativos a descrição dos limites nas funções psicológicas básicas destas pessoas, indicando suas falhas de percepção, memória, atenção, pensamento e linguagem.

Relembrando que as condições sociais e culturais desencadeiam o desenvolvimento das funções psicológicas básicas em superiores, destacamos que a

simples detecção das falhas das funções psicológicas básicas de uma pessoa com deficiência, pouco contribuirá para o seu desenvolvimento. É preciso apresentar estratégias de mediação facilitadoras dos saltos qualitativos do seu pensamento em direção à abstração.

Ao contrário das práticas que observam apenas as dificuldades da pessoa com deficiência, sugere-se que a avaliação pedagógica possa levar em consideração duas formas de resolução de problemas: a autônoma e a mediada. Quando o professor identifica estas duas formas de resolução de problemas, é possível escolher os recursos de apoio que melhor auxiliem a aprendizagem do estudante em dado momento. A avaliação pedagógica, tal como preconizada para qualquer área do conhecimento na atualidade, deverá ser processual.

Deve-se pensar, portanto:

De que forma poderá ser realizada esta avaliação?

Diversos programas de aprendizagem foram desenvolvidos como propostas avaliativas dos níveis de aprendizagem da pessoa com deficiência, tentando respeitar a evolução do estudante de acordo com o seu ritmo de desenvolvimento (Martín, 2009). Assim, cumpre-se com o papel de demonstrar para a sociedade que o comprometimento intelectual não pode ser compreendido como impedimento para a aprendizagem.

No entanto, tais programas merecem a nossa crítica por não considerarem, em geral, a possibilidade de agencialidade do estudante na construção do próprio conhecimento. Eles se baseiam em um roteiro pré-estabelecido a ser cumprido, sem muitas possibilidades para a inovação, para a criatividade na relação estabelecida entre o avaliador e a pessoa avaliada.

Destacamos que não há uma receita pronta para esta avaliação, mas podemos pensar em algumas ações importantes como:

- Dialogar com estas pessoas, atribuindo-lhes uma condição ativa na relação que é estabelecida com elas;

- Observá-las nos variados contextos escolares, não se limitando à sala de aula— os recreios e momentos de brincadeiras e jogos livres, por exemplo, costumam ser enriquecedores para a compreensão da aprendizagem;

- Estabelecer um diálogo com a família e com outros profissionais (psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, etc.) que atendam estes alunos. São meios para

compreender melhor a história dos alunos e contextualizar a relação que eles constroem com o mundo fora da escola.

Cabe ao professor, portanto, propiciar um espaço educacional, a partir da avaliação, que apresente múltiplas experiências para as pessoas com deficiência, enriquecendo sua possibilidade de aprendizagem. Este espaço educacional diferenciado será propulsor de desenvolvimento e de condições de aprendizagem ao próprio professor e aos demais colegas da turma da escola.

Espera-se, a fim da inclusão de todos no processo educativo, que sejam oportunizadas à pessoa condições facilitadoras para o desenvolvimento do seu pensamento global. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento humano ocorre pelas interações humanas, caracterizadas pelos processos culturais de construção, negociação e compartilhamento de significados e dos valores próprios de cada um, não se podem negligenciar estas oportunidades de aprendizagem. Porque *a priori* identificamos dificuldades de base orgânica na pessoa. A mediação cultural poderá contribuir para que novas habilidades psicológicas sejam desenvolvidas.

Reconhecemos, no entanto, que as pessoas com deficiência guardam semelhanças e diferenças em relação às suas dificuldades intelectuais e sociais, que independem de tal diagnóstico, revelando uma vez mais a importante relação que os aspectos biológicos e culturais exercem na sua constituição singular.

Por estas razões, queremos destacar também o Currículo Funcional Natural como recurso pedagógico e metodológico para o atendimento educacional das pessoas com deficiência, com limitações significativas no acesso ao currículo comum, destinado prioritariamente às pessoas com deficiência intelectual, ou àquelas com outras deficiências associadas a déficits ou atraso no desenvolvimento cognitivo. Leva-se em consideração que suas oportunidades de aprendizagem formal já tenham sido esgotadas ou que não apresentem saltos qualitativos significativos.

O Currículo Funcional Natural é um conjunto de instruções e informações que reúnem uma prática a ser desenvolvida em sala de aula, uma filosofia e um conjunto de procedimentos, com o objetivo de tornar o aluno mais independente, produtivo e aceito socialmente (SUPLINO, 2005). Propõe que sejam ensinadas às pessoas habilidades irrestritas:

As habilidades funcionais seriam, portanto, todas as habilidades necessárias para viver a vida de uma forma exitosa. Incluem-se neste conjunto desde as

habilidades mais básicas até as acadêmicas, como ler e escrever. (SUPLINO, 2005, p. 35)

Esta mesma autora explica que a nomenclatura deste recurso engloba as seguintes características: Currículo – O que ensinar (Objetivos), para que ensinar (Princípios norteadores), como ensinar (Procedimentos); Funcionais – habilidades que tenham função para sua vida imediata ou no futuro próximo; Natural - encontrar e aproveitar oportunidades de ensino que não sejam artificiais.

O Currículo Funcional Natural apresenta quatro princípios norteadores:

- A Pessoa como centro;
- Concentração nas suas Habilidades;
- Todos podem aprender;
- Participação da família no processo de aprendizagem.

Estes princípios são norteadores dos procedimentos sugeridos, que listamos a seguir (SUPLINO, 2005, pp. 43-44):

1. O educador deve ensinar com entusiasmo e motivação;
2. O tom de voz e a linguagem usada com o aluno devem ser o mais natural possível, sem gritos e tons muito altos;
3. As habilidades do aluno devem ser mais enfatizadas que suas fraquezas. O 'não' deve ser pouco usado;
4. A atenção do aluno deve ser garantida antes de ser dada uma ordem ou fazer um pedido;
5. As ordens dadas devem ser claras;
6. As ordens dadas devem ser apenas aquelas indispensáveis;
7. As ordens não devem ser repetidas mais de duas vezes;
8. Deve ser dado um tempo suficiente para a resposta do aluno;
9. O educador deve manter-se calmo;
10. O educador deve brincar e interagir como um amigo com seu aluno;
11. Elogios devem ser descritivos, quando necessário;
12. Ajudas físicas devem ser evitadas, de forma a dar ao aluno a oportunidade de fazer sozinho;
13. Os interesses do aluno devem ser aproveitados para ensino de novas habilidades;

Além deste Currículo Funcional Natural, dentre os recursos pedagógicos e metodológicos para o atendimento educacional das pessoas com deficiência, cabe ainda considerar uma prática denominada de Adequação Curricular. Embora, na atualidade, não esteja sendo considerada oficialmente pelos documentos normativos nacionais, ela foi amplamente defendida e divulgada pelas políticas públicas inclusivas brasileiras (MEC/SEESP, 2003). Ela vem sendo adotada por várias instituições educacionais que praticam a inclusão educacional.

A adequação Curricular vem sendo compreendida como um instrumento dinâmico que visa atender todos os alunos, dados os diversos aspectos da aprendizagem como: Adequações Organizativas; Adequações aos Objetivos de Aprendizagem; Adequações aos Conteúdos; Adequações Metodológicas e Didáticas; Adequações na Temporalidade; Adequações Avaliativas; Habilidades Adaptativas.

Chamamos a atenção para o fato de que a aplicação dos procedimentos apresentados seja colocada em prática desde que dialoguem com o sujeito ativo. Ele deve ser reconhecido como agente de sua própria aprendizagem, capaz de modificar sua história, seu mundo e a vida das pessoas com quem convive. Assim, pretende-se na história da construção da sociedade inclusiva que estamos também ajudando a escrever.

### **3. Considerações Finais**

Dada a relevância do tema, poderíamos levantar vários outros aspectos a serem abordados que estão direta e indiretamente relacionados às condições de inclusão educacional. No entanto, não temos a pretensão de esgotar aqui as reflexões acerca do tema, mas sim estimular a reflexão e discussão sobre a importância de ressignificação do nosso modelo educacional para atender às diversidades de nossos alunos.

Mais que leis e políticas de garantia de direitos das pessoas com deficiência, precisamos em nossa sociedade de mudanças nas estruturas organizativas de nossas instituições educacionais. As leis estão aí. Já foram conquistadas. Precisamos que elas se materializem no nosso cotidiano e se transformem em atitudes características de uma cultura de acolhimento e respeito às diferenças humanas em prol da sustentabilidade social.

### **Referências**

DUK, Cynthia. **Adaptações Curriculares: uma estratégia de individualização do ensino.** (Apostila apresentada aos alunos do curso de Currículo Funcional). Brasília: SEEDF/Escola de Aperfeiçoamento do Pessoal da Educação, 2008.

KELMAN, C. A. (2010). Sociedade, Educação e Cultura. Em D.A. Maciel & S. Barbato.(Orgs.). **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.** Brasília: Editora UnB.

MARTÍN, E. (2009). **Enseñar a pensar a través del currículo.** Em A. Marchesi; C. Coll & J.

PALÁCIOS (Eds.). **Desarrollo psicológico y educación. Vol. 3. Transtornos del desarrollo y necesidades educativas especiales** (pp. 439-468).Madrid: Alianza Editorial.

MIETO, G.S.M. (2010). **Virtuosidade em Professores de Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Intelectual.** Brasília: Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília. Mittler, Peter. Educação Inclusiva. Contexto Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SUPLINO, M. (2005). **Currículo Funcional Natural.** Guia prático para a educação na área de

BRASÍLIA: **Secretaria Especial de Direitos Humanos Autismo e deficiência mental.**

Vygotsky, L.S. (1995). **Fundamentos de Defectologia.** Obras Completas. Vol. V. Havana: Editorial Pueblo Y Educacion.